

## DIÁLOGOS ENTRE SABERES TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O DISTRITO DO ARIAÚ NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM

Richardson Carvalho Silva<sup>1</sup>  
Carmen L. F. dos S. Jacaúna<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetiva mostrar de que maneira os saberes tradicionais repassados por meio da oralidade dialogam com a educação ambiental de estudantes da Escola Municipal Pedro Pedrosa de Carvalho no Distrito do Ariaú no município Barreirinha/AM. Essa é uma Comunidade com traços Quilombolas e tem em suas características sociais, o resultado da miscigenação entre indígenas, negros e lusitanos, ocasionando a construção de uma gama de aprendizados que ao longo dos anos é passado de pais para filhos por meio da comunicação não formal, capaz de contribuir com a sociedade contemporânea que, na atualidade passa por uma crise ambiental sem precedentes, causadas pelo consumo não sustentável dos recursos naturais. O conhecimento das comunidades tradicionais pode transformar os saberes e práticas da sociedade para com o meio ambiente, o que poderá se refletir positivamente ao longo do tempo nos sistemas socioambientais. A pesquisa de cunho qualitativo se valeu da abordagem fenomenológica a fim de conhecer a percepção dos sujeitos envolvidos sobre como se constrói capacitação de uso consciente dos recursos naturais nessa comunidade. Os resultados apontam que a relação que se estabelece entre os saberes das populações tradicionais e a educação ambiental, possuem preceitos que priorizam a manutenção da vida em todas as suas formas e que a retirada dos recursos naturais quando necessário objetiva principalmente o usufruto para prover a qualidade de vida da população local.

**Palavras-chave:** Saberes Tradicionais; Comunicação Informal; Educação Ambiental.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA). E-mail: [rsl.geo18@uea.edu.br](mailto:rsl.geo18@uea.edu.br)

<sup>2</sup> Professora Dra. da Universidade do Estado do Amazonas – UEA: E-mail: [carmen.lfsj@gmail.com](mailto:carmen.lfsj@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO:**

Os povos tradicionais amazônicos são frutos da grande miscigenação ocorrida no país desde a época da colonização territorial em que muitos negros e lusitanos juntaram-se aos nativos e, assim passaram a compartilhar a terra brasileira de maneira exponencial. Esse aparato histórico evidencia o quanto a língua portuguesa do Brasil é diversificada, resultando em inúmeros dialetos e sotaques diferenciados em cada região do país. Esses dialetos constituem a base da comunicação popular que favorecem o diálogo e conseqüentemente a construção dos saberes populares necessários para a construção da cultura de um povo expressa por meio dos mitos, lendas, costumes, crenças, formas de apropriação da terra entre outros.

Com base nesse contexto, o trabalho objetivou conhecer de que maneira os saberes tradicionais repassados por meio da oralidade não formal dialogam com a educação ambiental de estudantes da Escola Municipal Pedro Pedrosa de Carvalho, do Distrito do Ariaú no município de Barreirinha/AM. Como objetivos específicos, buscamos identificar práticas sustentáveis realizadas pelos comunitários, reconhecer ações educativas de cunho ambiental realizado pela escola e, analisar o diálogo existente entre os saberes tradicionais e os saberes escolares de cunho ambiental para que estas e as futuras gerações possam discutir e desenvolver a sustentabilidade e a manutenção dos recursos naturais locais.

Autores como Marcos Bagno (1999), Sírio Possenti (2006) com suas ideias sobre língua informal, Moura (1992), Helena Callai (2004) abarcando saberes científicos e tradicionais, Diegues (2008), Piassi (2011) com a temática Ambiental, deram suporte para ampliar o entendimento sobre o tema e fundamentar o presente trabalho.

Para facilitar a compreensão, o trabalho está apresentado em cinco seções, abordando os seguintes temas: Diálogos entre os Saberes e a Educação Ambiental; A Comunicação Informal e a Construção dos Saberes Locais; Meio ambiente Amazônico e a Distrito do Ariaú; Procedimentos Metodológicos e a Percepção dos estudantes sobre a contribuição dos saberes tradicionais para a manutenção do patrimônio natural local.

Os resultados apontam que as populações tradicionais em especial a população quilombola, em suas ações cotidianas tem uma função educativa

excepcional perante a comunidade, mostrando reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais deste povo no que se refere ao uso dos recursos naturais locais, sendo necessário reforçar a utilização desses conhecimentos pela escola. É nesse contexto que a escola ganha destaque ao desenvolver práticas pedagógicas capazes de aproximar os conhecimentos tradicionais aos saberes escolares.

## **2 DIÁLOGOS DE SABERES E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

Durante séculos a Ciência desconsiderou formas de saberes alternativos criados por populações não acadêmicas, denominados por ela própria como saberes não científicos. Moura (1992, p. 75) aponta que “para a ciência, toda e qualquer manifestação dos saberes advindos das verdadeiras raízes fincadas na tradição do povo, seriam relegados a uma posição inferior”, sendo-lhe atribuída toda uma carga conotativa de saber sem credibilidade. Num movimento contrário a esse pensamento, a obra de Claude Lévi-Strauss “Pensamento Selvagem” (1986) aponta novos caminhos para as diversas formas de produção de saberes, construído fora das academias e, sua utilização pelos povos tradicionais.

Outro autor que traz a baía uma reflexão sobre a importância dos saberes tradicionais ou populares é Edgar Morin sobre o que ele chama de hegemonia e marginalidade fecunda. Morin na obra “*Para um Pensamento do Sul*” (SESC, 2011), faz uma analogia à ideia de hegemonia do norte sobre o sul, comparando a Ciência (a hegemonia do norte) e o sul (os conhecimentos marginais), destacando que o Sul não retrata a questão geográfica, mas uma compreensão de sul por metáfora de inferioridade.

Mesmo reconhecendo a hegemonia da ciência, Almeida (2017), destaca os valores intelectuais da tradição como sendo estes artistas do pensamento, homens e mulheres que mesmo não dominando os conhecimentos ditos sistematizados por escolas e universidades desenvolvem conhecimentos organizados pela arte em usar os sentidos para compreender a natureza.

E assim, temos a divisão do mundo dos saberes, de um lado a ciência institucionalizada, de outro os saberes da tradição. Apesar de se valerem dos mesmos atributos cognitivos que constituem a unidade do pensamento humano, essas duas formas de conhecimento onde se encontra a cultura científica e

saberes da tradição, pautados por distintas estratégias de pensamento bem como estratégias igualmente distintas de leitura do mundo (ALMEIDA, 2017).

Para a autora, os saberes da tradição não têm cidadania e, como refugiados escondem-se à sombra dos conhecimentos científicos, carregam o fardo de serem anônimos não comprovados e, muito menos, são reconhecidos como formas de ler e interpretar a realidade, a vida e o mundo, discriminado pelo rótulo de não-científico. As principais ideias expostas por Almeida (2017) levam-nos a refletir acerca da importância do diálogo que necessita existir entre saberes científicos e saberes da tradição. Aproximar o conhecimento científico de interpretações pautadas em outras formas de cognições viabiliza uma politização do pensamento, ao passo em que retroalimenta a tão sonhada dialogia homem-natureza-cultura (ALMEIDA, 2017).

Diante da necessidade de religar homem-natureza, nas experiências vividas, a escola é a representação da sociedade, espaço destinado ao ensino, que hoje precisa superar os obstáculos construídos por elas, são barreiras epistemológicas ancoradas na racionalidade científica. Segundo Morin (10, p. 100), “assim como um ponto único de um holograma contém em si a totalidade da figura representada, também a escola, em sua singularidade, contém em si a presença da sociedade como um todo”. É nesse sentido que a escola se torna o espaço ideal para a aproximação dos saberes escolares e os saberes tradicionais locais com o objetivo de fomentar um diálogo entre esses saberes e assim contribuir com a educação ambiental de crianças e jovens, capazes de se tornarem agentes multiplicadores de ideias e atitudes ambientalmente corretas.

## **2.1 A educação ambiental formal e não formal.**

A interferência humana no meio ambiente ao longo dos séculos vem se intensificando. Atuação essa que se torna mais intensa nos séculos XIX, XX e estendendo-se ao século XXI, causando profundos desequilíbrios e problemas ambientais. Por essa razão, é necessário pensar ações que influenciem diretamente a continuidade e a qualidade da vida no planeta (SANTINELO et al., 2016). A crise ambiental está intimamente ligada com questões sanitárias e econômicas, com a qualidade de vida e com o empobrecimento da qualidade de vida da população mundial.

Com a vivência de uma crise socioambiental e informações sobre suas consequências para o planeta, a Educação Ambiental apresenta-se como uma das soluções possíveis para o enfrentamento dessas questões (GUIMARÃES et al., 2009). De acordo com a Constituição Federal de 1988, os conteúdos relacionados à Educação Ambiental devem ser desenvolvidos de forma complexa, levando em conta a dinâmica das ações e das reações (SANTINELO et al., 2016). Aos educadores, cabe-lhes a responsabilidade de despertar em seus alunos a confiança em seu próprio potencial, partindo da premissa de que todos os indivíduos podem contribuir, efetivamente, para a melhoria do planeta. A crença em si própria pode despertar um engajamento no exercício da cidadania, resultando em mudanças na sociedade frente a questões socioambientais (PÁDUA, 2000).

Para a construção de novos padrões de consumo de indivíduos mais conscientes da importância da preservação do planeta, a educação apresenta-se como um caminho. Sem a pretensão de fazer um resgate cronológico sobre a epistemologia da Educação Ambiental, aponta-se aqui as normativas que elegem a Educação Ambiental como meio de se sensibilizar as pessoas para o cuidado com o meio ambiente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido em 1999, apresenta a necessidade de incorporar a Educação Ambiental no currículo escolar tomando por base os processos históricos específicos do país, bem como dos problemas sociais e das características culturais da sociedade atual. Estas temáticas devem ser trabalhadas na escola de forma interdisciplinar e transversal, pois não pertencem a uma disciplina específica, mas atravessam todas as áreas de conhecimento, de modo que auxiliam a formar o sujeito como cidadão, sendo inseparáveis de suas práticas do dia a dia.

A Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo uma Política Nacional de Educação Ambiental, conforme consta em seu artigo 1º:

[...] entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

No Brasil, apresentada primeiramente como organização curricular nos PCNs, o tema transversal Meio Ambiente e, conseqüentemente a Educação Ambiental receberam muitas críticas por apenas criar conexões entre os conteúdos estudados e a vida real, apresenta-se como uma medida conteudista e, por isso, ineficiente para a promoção de reflexões e de ações sobre as práticas sociais. Piassi (2011) afirma que um ensino pautado nas práticas sociais não pode se limitar a sistematizações, visto que, somente a compreensão dos mecanismos e dos processos que ocorrem no meio ambiente, não garante, necessariamente, a mudança de práticas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2020) defende que as aprendizagens fornecidas ofereçam condições para que os alunos desenvolvam dez competências gerais ao longo da Educação Básica, as quais resumem os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, englobando conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores necessários para resolver situações complexas da vida cotidiana, exercer a cidadania e atuar no mundo do trabalho.

A Educação Ambiental instituída nos documentos oficiais trata sobre uma educação formal desenvolvida no espaço formal de aprendizagem como escolas, institutos de educação e universidades. Já a educação formal é o processo educativo institucionalizado, que acontece na rede de ensino, com estrutura curricular, formação de professores, com uma estrutura definida. Para Piassi (2011), a Educação Ambiental neste contexto ressalta a interdisciplinaridade do processo educativo, a participação do aluno e sua determinação para a ação e solução dos problemas ambientais e a integração com a comunidade.

Para além do exposto, destaca-se que a Educação Ambiental não se restringe a espaços institucionalizados. A Educação Ambiental pode ser desenvolvida em diversos espaços da vida social, pelas mais variadas entidades e profissionais em parceria de outros atores sociais no espaço público ou privado, ela se destina à comunidade como um todo a exemplo das comunidades tradicionais que desenvolvem uma relação com a natureza que foge dos padrões instituídos pelo mercado ao se apropriar sem medidas dos recursos naturais existentes no planeta.

Brandão (2002) caracteriza esse tipo de educação como educação popular, capaz de se apropriar da diversidade de saberes populares e, incorpora esses saberes como ferramenta de libertação nas mãos do povo, e deve ser desenvolvida

no interior das práticas sociais e políticas e podendo ter quatro finalidades distintas: 1) educação da comunidade primitiva; 2) educação do ensino público; 3) educação das classes populares e 4) educação da sociedade igualitária capaz de promover a sustentabilidade progressiva.

Ainda para o autor, a sustentabilidade progressiva oriunda da Educação Ambiental promovida em espaços não formais está relacionada à reconstrução do tecido social, para que venham a surgir comunidades que produzindo sua cultura, suas políticas, suas tecnologias, seu conhecimento acerca do ambiente, possam existir e perdurar com qualidade de vida.

A participação de cada indivíduo, neste processo, não é vista apenas como mera obrigação política, mas como sua condição humana. Dessa forma, a comunidade teria inúmeros recortes possíveis “do indivíduo à família, ao conjunto de famílias de uma comunidade, de um município, onde todos devem produzir seu convívio, suas práticas cooperativas, sua cultura, seus meios, tecnologias e solidariedade” (BRANDÃO, 2011, p. 46).

Dessa forma, a relação interpessoal e o espaço geográfico não são os elementos fundamentais na configuração da comunidade, mas sim as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, conscientização, mobilização e formação coletiva para proteção e defesa do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida, definem o que se entende pela como Educação Ambiental não formal.

## **2.2 Os saberes da Tradição aliados a Educação Ambiental**

Ao se propor a discussão sobre os saberes da tradição e sua relação com a Educação Ambiental em um contexto amazônico, estabelece-se um movimento complexo pronto para ser posto em prática. O saber propagado neste espaço vem de olhares multifacetados: científico, filosófico, experiencial, epistemológico, cultural, social, educacional, espacial, entre outros, de acordo com as particularidades econômicas e sociais (MELO, ROCHA E PEREZ, 2020). Assim, compreender a diversidade social da Amazônia em sua totalidade cultural constituída de quilombolas, ribeirinhos, povos do campo, das cidades, das águas, indígenas, entre outros, significa explorar e agregar conhecimentos a formação de pessoas que atuam e aqui sobrevivem, e que possuem vasto conhecimento sobre a dinâmica

desse espaço que podem ser usados nos ambientes escolares com o objetivo de estimular a compreensão dos fenômenos locais.

A necessidade de aproximação dos saberes tradicionais aos saberes científicos diminui o distanciamento de saberes, evitando desdobramentos que prejudicam o papel social da educação, isto é, a escola necessita estimular os saberes advindos de outras classes sociais, haja vista que estas carregam saberes socialmente construídos na prática. Para Silva (2010, p. 20) o saber tradicional “é o conjunto de competências que, por vezes, a ciência desconsidera que constitui a cultura de muitos povos, pois se trata de saberes que são repassados de forma oral e experimental entre as populações humanas ao longo dos tempos” e que são responsáveis pela conservação cultural de povos que se encontram espalhados por todas as regiões do planeta.

O pensamento tradicional resulta, portanto, das relações que o homem estabelece entre a totalidade dos fenômenos que integram a experiência humana e, por outro lado, “as narrativas míticas que as celebrações rituais se encarregam de rememorar, de transmitir e de atualizar” (RODRIGUES, 2010, p. 55). Assim, pode-se afirmar que o conceito de tradição usado nessa reflexão não representa uma categoria histórica, ligada à antiguidade, e distante da realidade vigente, mas sim um recorte visando compreender as experiências vividas pelo grupo estudado e que, dessa maneira, pode estar na memória dos sujeitos e em muitos acontecimentos da atualidade.

É essa natureza dinâmica da memória de um povo é que confere vigor e atualidade à tradição, que a desprende do passado e a torna presente. Pelo fato de a memória desempenhar na tradição uma função dinâmica, permitindo não somente a transmissão dos inventos do passado, mas também a integração num todo coerente das inovações, “quer se trate da integração de novos membros na comunidade dos homens, através dos processos de iniciação, quer se trate de integrar a invenção de novos instrumentos e utensílios técnicos, destinando-lhes de antemão a um lugar e uma função” (RODRIGUES, 2010, p. 55).

Isso significa dizer que os conceitos e categorias relacionados à tradição são produzidos pelos atores sociais com o objetivo de atender às expectativas de suas próprias ações e à necessidade de relações significativas, em suas vidas, como os

moradores do Distrito do Ariaú tem a sua forma de cuidar desses conhecimentos que fazem parte do seu patrimônio e são preservados e transmitidos através da oralidade para as gerações.

Os saberes da tradição aliados a Educação Ambiental, surgem como a necessidade de um conhecimento que satisfaça os vínculos, busque as interações e implicações mútuas, os fenômenos naturais, o uso responsável dos recursos naturais; o respeito a diversidade, despertando a vontade de dialogar nas diferenças sem tentar negligenciar a dinâmica ambiental (SATO, 2004).

Dialogar nas diferenças dos saberes da tradição com os conhecimentos científicos da Educação Ambiental como afirma Sato (2004) ajuda a evitar a perda de conhecimento nessa fase da racionalização das tradições, e reforçam a importância de pesquisas que justifiquem a utilização dos saberes e identidade dos povos originários, respeitando a função holística e pedagógica que tanto transmite os saberes quanto os renova para manterem-se vivos, ajudando assim na salvaguarda de toda essa sabedoria fundamental na preservação da biodiversidade.

### **3 A COMUNICAÇÃO INFORMAL E A CONSTRUÇÃO DOS SABERES LOCAIS.**

Na atualidade, é necessário pensar em um ensino articulado com os espaços de atuação e vivência dos estudantes considerando a Amazônia como um contexto sociobiodiverso, o qual contempla saberes da tradição vindo de diferentes povos: das águas, das florestas e outros que trazem uma riqueza de espaço, envolvida na escola, ou seja, espaços não formais de atuação docente. Desta forma, se “a escola é o lugar privilegiado de transmissão de cultura, ela não deve continuar a se restringir a uma única forma e uma única linguagem de experimentação humana, veiculadas pela cultura científica” (MARTON, 2008, p. 26).

Tuan (1980, p. 53) fala que, para analisar como ocorre a transmissão de conhecimentos em nível de grupo, deve-se conhecer a história cultural e a experiência desse grupo e sua conjuntura. Assim, o autor defende que a atribuição de significados e valores aos elementos do meio ambiente repassada as novas

gerações por meio da oralidade se devem a três condições: à cultura, às características biológicas humanas e às experiências pessoais.

Ao tratar da tradição oral, Vansina (2011) afirma que suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, que não utiliza de fontes escritas. Por sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos.

O autor continua dizendo que um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc. Para Amorozo (1996), o diálogo entre as gerações é de fundamental importância para conservar essas práticas tradicionais:

Em sociedades tradicionais, a transmissão oral é o principal modo pelo qual o conhecimento é perpetuado. O conhecimento é transmitido em situações, o que faz que a transmissão entre gerações requeira contato prolongado dos membros mais velhos com os mais novos (AMOROZO, 1996, p. 11).

Os saberes tradicionais dos quilombolas são variáveis de acordo com a região em que estão situados, cabe destacar que a comunidade em estudo não é formada pela totalidade de uma etnia, mas sim, com vasta contribuição de indígenas, portugueses, caboclos, realidade que segue a história de acordo com os inúmeros fatos no Brasil colônia.

Ao observar os conhecimentos repassados de pais para filhos sobre as relações que se estabelecem entre os sujeitos pesquisados e o meio ambiente, que abrangem a área da região do rio Andirá, mais precisamente no Rio Ariáú, que tem uma comunidade com alto grau Quilombola em sua conjuntura, observamos que essa diversidade de saberes pode auxiliar no âmbito educacional, por compreender que estes podem ser aliados dos saberes construídos pela escola sobre a relação harmônica entre homem e ambiente, pois podemos transformar com a ajuda da ciência estes ensinamentos comuns em excelentes meios de aprendizado.

Pelo exposto, há de se considerar positivamente que a escola se aproprie desses conhecimentos produzidos localmente para favorecer a aprendizagem e a formação de conceitos científicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa na escola se apresenta como a possibilidade de

investigação e produção de um conhecimento que sirva para a vida do aluno, tanto na perspectiva de se reconhecer como um sujeito que tem uma identidade, tanto quanto um desenvolvimento cognitivo que lhe permita ler o mundo.

Helena Callai (2004) em seu escrito o “Estudo do Lugar como possibilidade de construção de Identidade e Pertencimento”, demonstra que o estudo do lugar é primordial no entendimento das características dos moradores atuais. Para a autora, a construção do conhecimento mesmo que do senso comum é capaz de moldar e identificar a cultura de um povo.

A autora afirma que desenvolver a habilidade de ler a paisagem é, portanto, uma possibilidade de se ler a realidade, levando em conta os saberes e a história de um povo, a mobilidade territorial, a seletividade espacial que é resultado das ações sociais locais. Pois é através da cultura, que podemos perceber os laços que os indivíduos traçam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente em que vivem. Reconhecer os saberes locais significa perceber, a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas (CALLAI, 2004).

#### **4 MEIO AMBIENTE AMAZÔNICO E O DISTRITO DO ARIAÚ EM BARREIRINHA/AM.**

Segundo o IBGE (2010), a categoria distrito se refere a uma aglomeração populacional que possui um elevado número de famílias, além de possuir certa responsabilidade municipal, porém sem a autonomia frente à sede Municipal, ou seja, é dependente do Município sede para decisões de maior grau. E comunidade refere-se a um aglomerado que também possua certo número de famílias, porém com menor concentração de certo grupo populacional ou etnia.

No Distrito do Ariaú, a exuberância do Rio Andirá o destaca com belas paisagens que devem ser preservadas e aproveitadas de forma sustentável, por isso, os comunitários usam de seus conhecimentos tradicionais para a manutenção da paisagem ambiental local, e este saber popular é passado sistematicamente aos mais novos, objetivando a caracterização contínua dos quilombolas como defensores da floresta e atuantes no desenvolvimento sustentável.

Este distrito é caracterizado por apresentar um povoado dividido em Quilombolas, Indígenas, Portugueses, entre outros que compartilham seus saberes

e tradições que são repassadas aos seus descendentes de maneira espontânea, cabendo aos seus descendentes aceitar ou não a utilização destes saberes e aprendizados em seu dia a dia.

Para melhor compreensão, exemplificaremos na figura 01, a localização do Município de Barreirinha/AM e na figura 02 a área central do distrito que faz parte do município, além de ser uma Comunidade Quilombola ela faz parte também de uma aglomeração de comunidades nestas características que se instalaram nas margens do Rio Andirá.

**Fig. 01:** Localização de Barreirinha/AM



**Fonte:** J.M Azevedo, Marcos Alfaia, 2022.

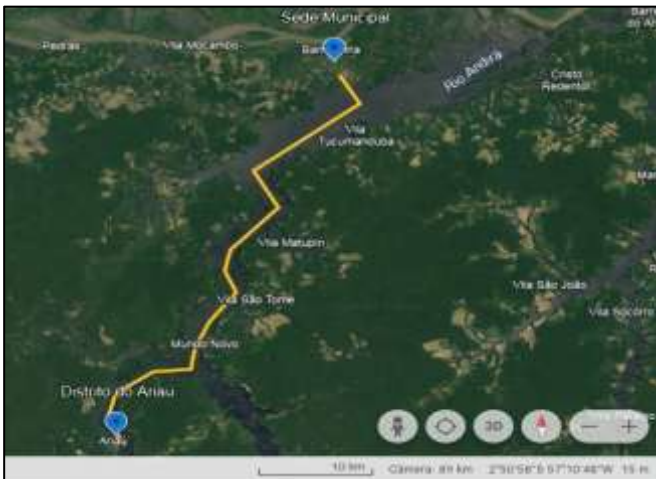
**Fig. 02:** Distrito do Ariaú



**Fonte:** Richardson Silva, 2023.

Neste interim, por objetivo de atender aos alunos da comunidade e outros ribeirinhos próximos, temos a Escola Municipal Pedro Pedrosa de Carvalho, sob a Direção de Hercilei da Costa Pedrosa, em conjunto a Pedagoga Elizane Pedrosa e outros 34 funcionários divididos entre professores e auxiliares em geral.

Para melhor compreensão, mostraremos na figura 03 o trajeto entre a Sede Municipal e o distrito, que depende do transporte fluvial. Já na figura 04, a Escola Municipal Pedro Pedrosa de Carvalho que atende tanto os alunos da comunidade, quanto auxilia na manutenção de programas de sustentabilidade como o Projeto “Pé de Pincha”.

**Fig. 03:** Trajeto

**Fonte:** Richardson Carvalho, 2023.

**Fig. 04:** Escola Pedro Pedrosa

**Fonte:** Richardson Carvalho, 2023.

A escola atende alunos indígenas, quilombolas, entre outros, demonstrando a miscigenação existente, porém os ensinamentos tradicionais são compartilhados dentro e fora do ambiente escolar ao passo que Callai (2004) afirma que o lugar é um espaço vivido dos quais os ensinamentos passados de pai para filho moldam a estrutura local, porém, este mesmo ensinamento pode ou não sofrer mudança comportamental daquele que recebe o conhecimento e assim modificar de maneira errônea ou desatenciosa do saber.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Direcionada pelos aportes da pesquisa qualitativa, segundo Arilda Godoy (1995) algumas características básicas definem e identificam o estudo qualitativo, entre eles, podemos citar que um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é inserido. Para isso é necessário que o pesquisador vá a campo e observe os fenômenos concernentes à pesquisa e elenque os vários tipos de informações cabíveis que serão analisadas para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

O trabalho traçou como objetivo geral que “conhecer de que maneira os saberes tradicionais repassados por meio da oralidade não formal dialogam com a educação ambiental de estudantes de uma escola da comunidade Ariaú no município de Barreirinha/AM, para que estas e as futuras gerações possam discutir e desenvolver a sustentabilidade na manutenção dos recursos naturais locais”.

A abordagem fenomenológica permitiu fazer um levantamento e analisar a percepção de 20 estudantes da Escola Municipal Pedro Pedrosa de Carvalho, moradores e visitantes sobre a relação dos saberes tradicionais locais e a Educação Ambiental desenvolvida pela escola.

Tuan (1980) em seu trabalho sobre percepção humana e a construção de valores ambientais afirma que esses valores são construídos em três níveis: no nível das espécies, no nível dos grupos e no nível dos indivíduos. Nessa relação entre o homem e seu lugar de vivência, seguindo um pensamento fenomenológico, Holtzer (2012, p. 282), diz que “o lugar se trata de uma experiência intersubjetiva de espaço e seus fundamentos, construídos a partir das vivências e das experiências humanas e de suas relações com o espaço”, onde as relações sociais de produção são experiências pelos homens que nele habitam e, dessa forma, o reflexo da inserção do homem na produção da vida.

Para fortalecer esse estudo, a princípio foi realizada com os estudantes uma roda de conversa sobre os saberes tradicionais locais. Posteriormente, foi aplicado como técnica de pesquisa um questionário com questões abertas e fechadas para os estudantes. Para Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tenda por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Além de conversas informais realizadas com moradores locais, objetivando conhecer as relações que se estabelecem entre eles com o meio ambiente no sentido da utilização dos recursos naturais, cultivo da terra, e destinação dos resíduos sólidos produzido na comunidade, por compreender que as comunidades tradicionais que reconhecem a sua cultura e preservam os seus costumes como uma riqueza de seu povo sabem usar os seus saberes a favor de todos.

Para além do exposto, a primeira etapa realizada para a efetivação da presente pesquisa foi conhecer os saberes tradicionais voltados às questões ambientais das comunidades tradicionais, feita por meio de uma análise bibliográfica, de acordo com Gil (2002), conhecer os periódicos potencialmente relacionados ao assunto, convém proceder-se a consulta de forma retrospectiva, isto

é, partindo dos mais recentes para os mais antigos, tendo prioridade os artigos mais novos.

Nessa busca, constatou-se que os costumes indígenas são mais destacados em estudos acadêmicos, em oposto a tal situação, as comunidades quilombolas do Amazonas já não possuem o mesmo estudo e tendem a sofrer com a falta de informação acadêmica sobre seus saberes.

Para analisar as respostas obtidas nos questionários e, facilitar a compreensão das mesmas, apresentaremos as questões em cinco quadros com temas aos quais posteriormente serão analisadas e realizada um comparativo entre as respostas dos estudantes das duas escolas.

## **6 PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL LOCAL.**

Para a realização de qualquer processo de educação voltados para questões ambientais é importante conhecer a percepção ambiental do grupo envolvido. E se tratando de estudantes pertencentes a populações tradicionais amazônicas, esse estudo apesar de complexo por envolver uma logística própria é necessário. No Brasil, o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, refere-se ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo III como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 54).

Apesar de ser um termo muito difundido atualmente, uma das dificuldades da utilização do termo “populações tradicionais” apontado por Diegues (2008, p. 82) “se encontra na diversidade étnica mundial, a qual contempla muitos povos e populações que não se auto identificam dentro da generalização” que se refere aos mesmos como indígenas, quilombolas ou tradicionais, em virtude do preconceito

criado pela própria sociedade ou comunidade acadêmica que por vezes desqualificam os saberes e modo de vida dessas populações.

Para garantir a fidelidade sobre o a percepção dos estudantes mediante os assuntos que foram tratados, fez-se necessário realizar a aplicação do questionário (ver figura 05) com o objetivo de clarificar o entendimento sobre saberes tradicionais considerando a transmissão oral como mecanismo de difusão de práticas cotidianas, a qual estabelece uma relação contínua com os conteúdos disseminados. Para Diegues (2008), ela impõe maior atenção ao sentido da audição, percepção e memória, coerência de pensamento e criatividade como desenvolvimento do enredo narrado.

**Figura 05:** Aplicação do Questionário



**Fonte:** Richardson Silva, 2023

Após a realização da roda de conversa e refletindo no diálogo entre os saberes ou conhecimentos tradicionais dos sujeitos investigados, junto aos saberes escolares promovidos pela educação ambiental é que se fez aos estudantes os questionamentos. Quanto aos saberes tradicionais apreendidos com os pais e que estão intimamente relacionados com a conservação do ambiente onde vivem apresentados nos quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

**Quadro 1:** Quanto aos saberes tradicionais sobre a Terra.

QUANTO AOS SABERES RELACIONADOS AO CULTIVO DA TERRA			
	Apreendeu com os pais	Apreendeu na escola	Díálogo de saberes

Estudantes			
Turno/manhã	A cultura da Mandioca	Saber as estações	O saber criterioso sobre as estações é verificado na região amazônica, devido ser dividido apenas em dois momentos cruciais: Verão e Inverno.
Turno/tarde	A cultura da Macaxeira	Saber o tempo de colheita	O tempo de colheita, também é verificado conforme o momento da estação, caso contrário, o não cumprimento do Tempo, acarreta a perda da produção.

Fonte: Richardson Silva, 2023.

As variadas respostas que nos foram concedidas pelos alunos são relevantes quanto ao aprendizado recebido de seus antepassados, como uma das principais tradições que fazem parte do cotidiano tradicional amazônico, como expõe um estudante *“A terra é importante para todos os seres vivos, principalmente para o cultivo de plantas, maniva e mandioca.”*(SIC), a mandioca é de imediato citado no uso da terra. Pois o subproduto principal é a Farinha d’água, que não pode faltar em hipótese nenhuma no prato de qualquer comunidade tradicional seja ela quilombola ou não.

Para Gliessman (2000), a agricultura utilizada pelos amazônidas em especial os quilombolas, possibilitou a substituição de tecnologias que viriam a desgastar de maneira errônea a terra, dando ênfase a agricultura familiar como a de pequena produção, porém suficiente para a subsistência e manutenção familiar, podendo inclusive aliar os ensinamentos perpetuados com a agricultura contemporânea.

De fato, a agricultura é desenvolvida pela população local e se apresenta em quase a totalidade das famílias que foram consultadas, as variações de plantações são poucas, devido a área do Rio Andirá não ser suscetíveis a grandes cheias devido ser de terras altas diferente das áreas de várzea do Paraná do Ramos.

#### **Quadro 2:** Saberes tradicionais relacionados ao uso da floresta.

Quanto os saberes relacionados ao uso dos recursos da floresta			
Estudantes	Aprendeu com os pais	Aprendeu na escola	Diálogo de saberes

<b>Turno/manhã</b>	Colheita da Castanha Busca na mata por palhas e cipós Caças e coletas Madeiras em geral	A importância da espécie na floresta nativa, a preservação como meio de sustentabilidade	A conservação e Preservação são temas debatidos e estudados na educação ambiental, puramente verificado nesta comunidade
<b>Turno/tarde</b>	Pequeno desmatamento (queimada) Criação de Campos Uso da floresta desmatada como combustível	O uso dos recursos florestais de maneira responsável e conservação de espécies	O pequeno agricultor, normalmente utiliza técnicas antigas para a abertura da área de lavoura, o que pode ser manobrada cientificamente no estudo da geografia

**Fonte:** Richardson Silva, 2023.

O extrativismo presente na comunidade é bastante recorrente, produtos como Castanha, Andiroba, Copaíba, entre outros, são citados pelos estudantes e a comunidade em geral. Na percepção de um estudante, “*Da floresta se extrai, a madeira para fazer casa, o carvão, o cipó, o anbé, andiroba, copaíba, e a castanha etc.*” (SIC). Cerca de 70% relaciona o extrativismo com a coleta da castanha, que é responsável por atender a comunidade e abastecer as feiras da cidade. Essa contribuição não se limita apenas no comércio, mas também na subsistência e fabricação de outros produtos alimentícios que usam do fruto para alimentos regionais.

Conforme Diegues (2001), diante do conhecimento do mundo natural, as populações tradicionais foram capazes de criar sistemas de manejo, tanto da fauna, quanto da flora, com o objetivo de preservar, conservar e potencializar a biodiversidade, principalmente a que estão habituados, no caso a região amazônica.

Os óleos regionais como andiroba e copaíba, também conhecidos e extraídos, servem como base de uma medicina tradicional usada há vários séculos por estes povos e consumidos em grande escala na região amazônica, além de servir ao mercado internacional através de empresas de cosméticos. Toda essa demanda foi possível através da manutenção dos ensinamentos repassados e utilizados no desenvolvimento local e regional.

**Quadro 3:** Saberes relacionados aos recursos pesqueiros.

Quanto aos saberes relacionados aos recursos pesqueiros			
Estudantes	Aprende com os pais	Aprende na escola	Diálogo de saberes
<b>Turno/manhã</b>	Pesca com Malhadeira, em especial na época de cheia, porém com baixa produtividade	A questão do recurso pesqueiro como alternativa alimentar	Essencial na vida do quilombola, a pesca deve ser feita de maneira artesanal, com o uso de redes, porém, com o cuidado na época do defeso e não usar arrastões
<b>Turno/tarde</b>	Pesca com linha, em época de vazante, na qual os peixes estão em abundancia	O uso e alternativa como subproduto para comercio local ou regional	Além de suprir parte da renda local, deve-se admitir o tempo de pesca para o turismo ecológico das praias do Rio Andirá

**Fonte:** Richardson Silva, 2023.

Para os estudantes, a pesca é em geral utilizada para consumo local, porém, existe a pesca também usada para o comércio junto à cidade de Barreirinha. Para os alunos juntamente com os comunitários, o fato de o peixe ser mais abundante no período de seca, aumenta o consumo e a atividade pesqueira, que ocasionalmente torna-se o momento ideal para o repasse das práticas pesqueiras, para exemplificar a temos a afirmação *“Além da comercialização do pescado, a pesca artesanal desenvolveu uma diversidade de técnicas de modos de pesca.”*(SIC).

Sobre essa questão, Cunha e Almeida (2002), afirmam que não existe conhecimento que não seja vinculado à pratica, ou seja, todos os ensinamentos são repassados de maneira empírica, de geração a geração, dando ênfase ao saber popular pois caso deixe de se replicar através do manejo da fauna e flora, todo espécie de conhecimento popular será erradicado.

**Quadro 4:** Saberes relacionados aos quelônios.

Quanto aos saberes relacionados aos quelônios			
Estudantes	Aprende com os pais	Aprende na escola	Diálogo de saberes
<b>Turno/manhã</b>	Preservar as espécies Conhecer e diferenciar os animais; Coletas e manejos	Conservação e preservação. Técnicas de manejos Tempo de reprodução:	Os temas pertinentes a educação ambiental, demonstram a maneira de como os comunitários lidam com os

		desde os ovos até a soltura.	animais, ressoam a positividade do projeto no local.
<b>Turno/tarde</b>	Pesca somente para consumo	Conscientização para com a pesca predatória e comércio ilegal.	O receio dos comunitários em receber alguns voluntários pode ser reflexo de alguns erros cometidos anteriormente, com isso, a melhor qualificação e conhecimento é necessário.

**Fonte:** Richardson Silva, 2023.

Segundo Andrade (2002), o projeto pé de pincha surgiu da parceria da Universidade Federal do Amazonas e comunitários do município de Terra Santa no Pará no ano de 1999, expandindo-se para o município do médio e baixo Amazonas, o qual o projeto une os saberes científicos da academia e os saberes tradicionais dos comunitários ribeirinhos.

O projeto pé de pincha é o grande precursor da atividade preservacionista na escola que envolve os quelônios da Amazônia, em que os ribeirinhos e outros povos se fizeram presente durante muito tempo apenas como consumidores ativos destes animais que fazem parte da alimentação nativa. Segundo um estudante “Em nossa região que tem todas as espécies de quelônios, todo ano batemos recordes do Andirá em defesa das espécies.” (SIC). Vale salientar que o Rio Andirá possui inúmeras praias que serviram e servem para lugar de desova destas espécies altamente ameaçadas de extinção.

#### **Quadro 5:** Saberes relacionados a ervas medicinais.

<b>Quanto aos saberes relacionados a ervas medicinais</b>			
<b>Estudantes</b>	Apreendeu com os pais	Apreendeu na escola	Diálogo de saberes
<b>Turno/manhã</b>	Chás medicinais Uso Tópico	Seletividade das plantas no uso medicinal	O aproveitamento e observação das espécies medicinais podem ser úteis desde que observados os ensinamentos dos mais antigos.
<b>Turno/tarde</b>	Chás medicinais Uso tópico	Seletividade das plantas no uso medicinal	

**Fonte:** Richardson Silva, 2023.

Ao tratar-se das ervas medicinais, tendo em vista que a saúde do povo quilombola durante muito tempo esteve diretamente ligada a medicina caseira ou de conhecimento empírico, pode-se notar que a tradição está diretamente centrada no modo de como será utilizado as plantas e como será a conservação das ervas, “*Os saberes tradicionais de utilização de plantas medicinais durante o período de doenças.*” (SIC).

Segundo Amoroso (1996), o amazônida é dono de grande conhecimento etnobotânico, devido ao imenso recurso da flora amazônica, além de compreender, dar significado e cultivo para atender ao manejo à fins medicinais, pois a classificação de que erva, planta ou árvore servirá para o medicamento, é puramente conhecimento empírico de cada sociedade amazônida.

Não é de modo experimental, mas sim tradicional cada ensinamento em volta da cultura medicinal, pois um chá de Capim Santo ou Erva Cidreira tem praticamente a mesma funcionalidade medicinal, esta observada ao longo dos tempos e caracterizada conforme seus meios utilizáveis. Da mesma maneira, pode-se dizer que, a quebra da regra de seguir a receita, torna-se um perigo ao paciente, principalmente as mulheres grávidas ou doentes crônicos.

**Quadro 6:** Conteúdos relacionados aos Resíduos Sólidos.

Quanto aos conteúdos relacionados aos Resíduos Sólidos.			
Estudantes	Aprendeu com os pais	Aprendeu na escola	Diálogo de saberes
Turno/manhã	Descartar em sacola comum	Separar os resíduos em materiais recicláveis/não recicláveis.	Tema complexo que exige empatia e consideração do educador em pôr em prática o ensino de educação ambiental, sobretudo sobre a possibilidade da reciclagem como fonte de renda.
Turno/tarde	Averiguar o dia da coleta semanal	Separar os materiais com potencial perigoso ou não aproveitável.	Os materiais não são separados, então é uma questão complexa, porém, mesmo diante da adversidade, pode-se direcionar a vantagem em organizar os alunos para entender a importância da prática da separação dos resíduos.

Fonte: Richardson Silva, 2023.

Outro importante tema relacionado diretamente à educação ambiental são os resíduos sólidos, seja ele residencial ou hospitalar, pois, a própria cidade de Barreirinha não tem um programa específico de controle sobre os resíduos sólidos. Não sendo necessariamente um espelho, mas servido de exemplo de como este problema ainda será contínuo durante alguns anos, como afirma o estudante “*Nós temos o maior cuidado com o nosso lixo, principalmente com o lixo eletrônico que é recolhido e trocado.*” (SIC).

Então, com este problema ambiental recorrente, o uso de novos métodos de consumo e características do sistema consumista, requer da comunidade uma atenção redobrada para com os resíduos sólidos, segundo Pavan (2008) as questões de responsabilidade e o envolvimento dos setores da sociedade em relação à geração de resíduos. O gerenciamento de resíduos está associado às medidas de prevenção e correção dos problemas, vislumbrando a preservação dos recursos naturais, a economia de insumos e energia e a minimização da poluição ambiental. (PAVAN, 2008).

Assim, os comunitários observam conjuntamente os dias e horários semanais da coleta, não sendo permitido, descarte de maneira inadequada e mesmo a manutenção de quintais abandonados para evitar situações indesejadas. Outra questão é a não queima de lixo, mesmo que doméstico, assim vemos que boa parte dos costumes quilombolas presente na comunidade ainda estão alicerçados, ou seja, as formas de relações entre a comunidade e o meio ambiente.

Dentre as diversas formas de relação das populações tradicionais com o meio, destaca-se em seus conhecimentos a utilização dos recursos naturais em um lugar de destaque, uma vez que tem relação direta com a ocupação dos territórios, para Diegues (2008), como a fixação nos mesmos está diretamente ligada aos ecossistemas locais, devido ao desenvolvimento das atividades culturais e de subsistência dessas populações.

Esse conhecimento é fundamental para compreender as relações entre o ser humano e a natureza. Logo, as estratégias em Educação Ambiental desenvolvidas em escolas dessas comunidades devem partir da forma que os seres humanos veem, interpretam e agem sobre o meio, contribuindo para formação de cidadãos conscientes de seu papel. Define, assim, valores e motivações que conduzem a

padrões de comportamento de preservação e melhoria do meio onde vivemos. O estudo da percepção ambiental torna-se importante, para que seja possível a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente que o cerca.

Assim, ela representa um dos caminhos viáveis para a conscientização, pois pretende sensibilizar a sociedade, quanto à problemática existente, buscando modificar a percepção ambiental. Como processo educativo, deve ser inserida em todos os componentes curriculares dos níveis de Ensino Básico, como pretende a Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei 9.795/99. Entretanto, para o sucesso dos programas de Educação Ambiental, é importante o uso de ferramentas adequadas, a fim de que cada grupo atinja o nível esperado de percepção (JACOBI et al., 2004).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Diante da pesquisa realizada, devemos levar em consideração que ser professor é estar diante de vários desafios, principalmente porque seu trabalho é lidar com seres humanos em pleno desenvolvimento estrutural de raciocínio. Para tanto, o saber popular e cultural de uma determinada etnia ou grupo étnico, torna-se algo extremamente desafiador para qualquer profissional da área.

Este artigo buscou alcançar as práticas exercidas na escola e demonstrar a utilização do ensino obtido na academia, relacionando com o saber tradicional que faz parte da estrutura populacional do distrito do Ariaú, abarcando também as práticas exercidas diretamente junto aos comunitários para serem obtidos os resultados positivos em prol a educação ambiental local.

Os objetivos foram alcançados, demonstrando a efetividade da conciliação entre os saberes, principalmente envolto a educação ambiental, pois as características das populações tradicionais tendem a ser de âmbito preservacionista, o que abrange uma gama de conhecimentos que podem e devem ser absorvidos pela academia em prol ao aproveitamento da educação.

Apesar da dificuldade logística e de burocracias existentes nas áreas administrativas que envolvem estas comunidades tradicionais, é perceptível que o estudo sobre os diálogos existentes entre os saberes populares amazônicos e a Educação ambiental, estão alicerçados em uma gama de conteúdos referentes não somente ao ramo geográfico/ambiental, mas com forte presença na cultura,

geociências, antropologia entre outras áreas de conhecimento devido à imensa carga cultural de cada povo.

Tal estudo admitirá uma abordagem específica do pensar do aluno e conseqüentemente facilitará no desenvolvimento de projetos didáticos que sejam significativos para a escola, proporcionando-lhes uma melhor compreensão dos saberes regionais, saberes científicos e da disciplina geográfica, presente no cotidiano da escola e da sociedade.

## **REFERÊNCIAS:**

**ALMEIDA, Maria da Conceição de.** Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição. 2. Ed. e ampl. - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

**ALMEIDA, Maria da Conceição de; PEREIRA, Wani Fernandes.** Lagoa do Piató: fragmentos de uma história. 2ª ed. Natal: Edufrn, 2006.

**AMOROZO, M. C. M.** A abordagem etnobotânica na Pesquisa de Plantas medicinais. Em Di Stasi LC (Org.) Plantas medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar. EDUSP. São Paulo, 1996.

**BAGNO, Marcos.** Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

**BRASIL.** Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

**BRASIL.** Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em 9 set 2023.

**CALLAI, Helena C.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 2004

**CALVET, Louis-Jean.** Sociolinguística uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

**DIEGUES, A. C.** O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

**GERALDI, J. W.** *Linguagem e ensino Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

**GUIMARÃES, M.** et al. Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 77, p. 49-62, jan/abr 2009.

**MAGDA B.** *Linguagem e escola: Uma perspectiva social*. 16ª e. São Paulo: Editora Ática, 2016.

**PÁDUA, S. M. A.** Educação ambiental: um caminho possível para mudanças. In: **VIANNA, L. P.** (coord.). *Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental*. Brasília, MEC/SEF, 2001. p. 77-80

**PIASSI, L. P.** Educação científica no ensino fundamental: Os limites dos conceitos de cidadania e inclusão veiculados nos PCN. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 4, p. 789-805, 2011.

**POSSENTI, Sírio.** *Por que (não) ensinar gramática na escola*. . Campinas: Mercado de letras, 2016. PRETI. Dino. Sociolinguística – os níveis de fala. São Paulo: EDUSP, 2013 SOARES.

**SANTINELO, P. C. C; ROYER, M. R.; ZANATTA, S. C.** Educação ambiental no contexto preliminar da Base Nacional Comum Curricular. *Pedagog. Foco*, Minas Gerais, v. 11, n. 6, p. 104-115, 2016.

**JACOBI, C.M.; FLEURY, L.C.; ROCHA, A.C.C.L.** Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. In: 7º ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2004, Belo Horizonte. Anais... Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

**LEVI-STAUSS, Claude.** *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

**MOURA, Maria da Conceição Xavier de.** *O saber antropológico: complexidades, objetivações, desordens e incertezas*. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.  
SESC, *Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin*. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011.

**MARTON, Silmara Lúcia.** Paisagens sonoras, tempos e autoformação. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008

**MELO, V. S., ROCHA, N. S. A., PERES, A. C.** A possibilidades de conexão entre os saberes formais e os da tradição, nova revista amazônica - volume x - nº 02 - novembro 2022 - ISSN: 2318-1346.

**RODRIGUES, Adriano Duarte.** Comunicação e cultura – a experiência cultural na era da informação. 3ª edição. Editorial Presença: Lisboa, Junho 2010.

**SATO. M.** in Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental.– n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.140 p. v.: i.

**TEASS.** Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992. p. 1

**TUAN, Y Fu.** Topofilia - Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Ed. Difel. São Paulo, 1980.

**TRAVAGLIA, Luiz Carlos.** **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 2012.